



## CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



### Julgados

#### **Exigência de Certificação ISO para Habilitação de Licitante (Gestão da Logística)**

[Acórdão 1091/2025 Plenário](#). É regular a exigência de certificação ISO para habilitação de licitante, com base no art. 17, § 6º, inciso III, da [Lei 14.133/2021](#). A exigência de certificação em relação a “material” e “corpo técnico”, referenciados no aludido dispositivo legal, pode ser entendida como a demonstração da capacidade técnica do quadro de pessoal integrada com a experiência organizacional da empresa e seus meios de produção, ou seja, a sua própria capacidade operacional (art. 67, caput e inciso III, da [Lei 14.133/2021](#)).

#### **Apuração de Superfaturamento em Contratos de Obras (Gestão da Logística)**

[Acórdão 1136/2025 Plenário](#). Para apuração de superfaturamento em contratos de obras, admite-se a utilização de custos efetivamente incorridos em obras públicas semelhantes, obtidos por meio de notas fiscais, como parâmetro de mercado, quando não existirem preços registrados nos sistemas referenciais.



### Normativos

#### **Presidência da República/Casa Civil/Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos**

#### **Exigência em Contratações Públicas de Percentual Mínimo de Mão de Obra Constituída por Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Gestão da Logística)**

[Decreto nº 12.516, de 17/06/2025](#). Altera o Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

*Dúvidas podem ser dirimidas junto à CGORI/CISET pelo e-mail [cgori@defesa.gov.br](mailto:cgori@defesa.gov.br)*